Miguel MATTEO* e Jorge R.B. TAPIA**

Características da indústria paulista nos anos 90

Resumo

Este trabalho tem sua justificativa centrada em questionar as afirmações sobre a desconcentração espacial da atividade industrial, fundamentada na flexibilização trazida pelos processos de reestruturação produtiva.

O argumento central desenvolvido neste artigo afirma que a trajetória da indústria paulista na década de noventa moveu-se no sentido de uma “desconcentração concentrada”, marcada pela forte predominância da região metropolitana de São Paulo (aí incluída a região do ABC) e as regiões que compõem o seu entorno (Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba).

Para efeitos da análise, tomaremos a situação da indústria no Estado de São Paulo, tendo como referência o ano de 1996, sendo que para isso nos apoiaremos no amplo e cuidadoso levantamento realizado pela Fundação Seade, na Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

Abstract

This article intends questioning the assertions about the spatial decentralization of the industrial activity, founded on flexibility brought out by productive restructure process. The central argument here developed affirms that the trajectory of the industry in State of São Paulo in the nineties has moved in direction of a “decentralized concentrate” one, marked by a strong predominance of the metropolitan region of São Paulo City (included the ABC region) and other ones that compose its periphery: the cities of Campinas, São José dos Campos, Santos and

Sorocaba). For analyzing, we are going to consider the industry situation in State of São Paulo, having as reference the year 1996, and we are going to support our study on a large and carefully survey carried out by Seade, Foundation for Economic Activity Research of State of São Paulo.

Introdução

O argumento central desenvolvido neste artigo afirma que a trajetória da indústria paulista na década de noventa moveu-se no sentido de uma “desconcentração concentrada”, marcada pela forte predominância da região metropolitana de São Paulo e as regiões que compõem o seu entorno (Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba).

Duas ordens de fatores parecem explicar esse movimento de concentração. A primeira, de natureza mais geral, está associada à estratégia de inserção internacional adotada pelo Brasil ao longo da década, à política de incentivo ao investimento estrangeiro direto e ao abandono de políticas regionais de âmbito nacional. A segunda ordem está ligada aos fatores de atração locacional, presentes nos 90, como a densidade da rede urbana, da infra-estrutura viária dessas regiões e a intensidade dos fluxos associada à redução dos custos de transporte propiciada pela localização em áreas próximas à RMSR, que se somam à proximidade ao grande mercado consumidor da metrópole.

O trabalho está organizado em cinco seções. Na primeira, apresentamos uma breve fundamentação teórica, contemplando o debate entre as correntes ditas “californianas” e a regula-

* Doutorando em Economia pelo IE/Unicamp. Mestre em Administração Pública e Planejamento Urbano - EAESP/FGV. Engenheiro Civil. Professor do curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas “Campos Salles”.

** Doutor em Ciência Política. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

cionista, sobre a nova territorialidade advinda dos processos de reestruturação produtiva e globalização da economia; na segunda, são apresentadas as principais características da indústria paulista nas décadas de oitenta e noventa. Na terceira, examinamos a evolução da indústria a partir da sua distribuição espacial, sublinhando o seu caráter concentrado. A seguir, na quarta seção, examinamos a dinâmica dos investimentos industriais, incluindo-se aí, além dos dados fornecidos pela Paep, aqueles do Guia de Investimentos do Estado de São Paulo. Finalmente, a título de conclusões, retomamos os principais resultados do trabalho.

1. Fundamentação teórica

De maneira estilizada, a literatura internacional mais recente sobre globalização e transformações econômicas regionais pode ser agrupada em duas grandes vertentes. A primeira, associada à chamada corrente californiana, de uma orientação neoinstitucionalista, dá ênfase à existência de “city regions” globais, que configuram estruturas industriais concentradas (sobretudo intensas em tecnologia) articuladas globalmente por seus arranjos de governança.

A segunda, de matriz européia, diferentemente da primeira, inscreve-se no campo da análise regulacionista. Essa, embora não desconsidere a relevância das grandes metrópoles e de seus vínculos como importante “locus” da economia globalizada, confere um papel relevante aos Estados Nacionais nos processos de reestruturação produtiva e espacial que ocorrem nestas regiões.

Segundo Scott et al (1999), expoentes da primeira corrente, além de não serem desmanteladas pela globalização, as cidades-regiões¹ se tornam cada vez mais centrais na vida moderna, reativando a sua significação como base de todas as formas de atividade produtiva, sejam elas

manufatura ou serviços, ou setores de alta ou baixa tecnologia. Elas emergiram, nos últimos anos, como um novo e importante tipo de fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial.

A globalização enfraquece os estados nacionais, que sustentavam distintos sistemas nacionais urbanos e impunham fortes barreiras econômicas ao comércio mundial. Com a abertura dos fluxos comerciais, emerge uma nova organização espacial que consiste, acima de tudo, de uma hierarquia de escalas territoriais da atividade econômica e de relações de governança, que variam do global ao local.

Há um deslocamento dos níveis de definição das políticas, de um lado, para um nível supranacional, e, de outro, para níveis de operação locais ou regionais. Com isso, ganham impulso as formas de organização política e econômica de base regional, representadas pelas cidades-regiões, que não podem ser entendidas senão em relação à complexa hierarquia de escalas territoriais interpenetrantes.

Essas regiões passam a ser consideradas o motor da economia global, já que, num novo paradigma tecnológico, a grande concentração mitiga os custos de transação, aumenta os efeitos de informação e flexibilidade, incentiva graus crescentes de criatividade e inovação por causa da alta qualificação da força de trabalho e fornece uma grande variedade de fornecedores e de oportunidades de negócios. Dessa forma, um mosaico de grandes cidades-regiões constitui uma das principais redes estruturais da nova economia global. Mesmo num mundo em que há um declínio acentuado dos custos de transportes e de comunicações, ainda temos um mundo organizado ao redor de grandes regiões urbanas (ao invés de um padrão mais difuso de localização), dada a forma com que a economia destas regiões se liga em redes flexíveis de firmas que competem

¹ O conceito de “city-region” é desenvolvido a partir dos de “world cities”, de Peter Hall (1996) e Friedman e Wolf (1982) e de “global cities”, de Sassen (1991), podendo configurar-se como uma grande metrópole, um grande espaço produtivo ou mesmo uma rede de pequenas e médias cidades, como na região da Emilia Romagna, na Itália. O importante é que estas “city-regions” sejam nós espaciais essenciais para a economia global.

num crescente e extenso mercado.

No entanto, a globalização e a reestruturação econômica provocam alguns efeitos na geografia social destas regiões: um aumento da heterogeneidade cultural e demográfica; uma profunda mudança na morfologia espacial das cidades-regiões globais; e aumentam o fosso entre os ricos e os pobres em termos econômicos, sociais e espaciais.

A globalização intensifica e estimula o crescimento de ocupações de altos salários, mas também a proliferação de trabalhos marginais e desqualificados, aumentando a segmentação social nas cidades-regiões. A ausência de condições de governança no poder local provoca a substituição do poder público por organizações não-governamentais, para a população pobre, com as quais não há garantia de formas de proteção social. Para a população rica, há a privatização de serviços públicos, ou até mesmo do próprio espaço público.

Ou seja, as regiões são plataformas eficientes de vantagens competitivas, mas não têm ainda estruturas institucionais adequadas de governança, nem para manter a ordem social, nem para manter a virtuosidade da atividade econômica.

Para Dunford e Kafkalas (1992), o papel das grandes aglomerações também tem importância fundamental na economia globalizada: face à incerteza associada à crise industrial, grandes grupos econômicos desenvolveram novas estratégias produtivas cujas metas principais eram reduzir seus custos de produção e aumentar sua flexibilidade em relação ao seu ambiente econômico e que essas estratégias envolvessem uma lógica de desintegração produtiva e uma cooperação interfirmas. Novas formas multidivisionais foram desenvolvidas em lugar de formas hierárquicas, mas essas formas combinam uma certa descentralização de atividades operacionais com uma acentuada centralização do poder econômico.

A reestruturação produtiva implica, assim, no renascimento de economias regionais, redes locais e processos de desenvolvimento endó-

genos, o que leva a uma interpretação de perspectivas locais no contexto da geografia das grandes corporações transnacionais, estabelecendo uma contradição entre a globalização e a localização de atividades econômicas.

Se as forças de mercado prevalecem, novos investimentos tenderão a ser direcionados para as regiões mais avançadas, porque elas oferecem maiores vantagens técnicas, sociais e institucionais, infra-estrutura básica para uma produção sofisticada e intensiva em conhecimento. As metrópoles possuem uma melhor qualificação da força de trabalho, estratégias de integração econômica e o desenvolvimento de redes de informação.

São desenvolvidas, nestas regiões, novas formas de governança, estabelecendo políticas urbanas empresariais, onde o “welfare state” keynesiano desaparece com a emergência do estado neoliberal minimalista.

A realocação das atividades de gerenciamento do território e a desregulação múltipla são apropriadas para a mobilização das potencialidades locais e a reprodução estável sob condições de integração local e fragmentação local e regional; ao mesmo tempo, objetivos sociais e ambientais não são mais uma necessidade (no nível nacional) de uma distribuição igualitária.

A conclusão dos autores é que, sem uma regulação supra-regional e uma descentralização organizacional, não há uma perspectiva real de estabilidade macroeconômica ou uma plena realização do potencial produtivo das novas tecnologias; ao contrário, o novo modelo de crescimento provoca uma divisão mais profunda na sociedade, gerando uma sociedade dual.

2. As características da indústria do Estado de São Paulo nos anos oitenta e noventa

Para efeitos da pertinência dos fundamentos teóricos expostos na seção anterior na análise da realidade brasileira, tomaremos a situação da indústria no Estado de São Paulo, tendo como referência o ano de 1996, sendo que para isso nos

apoiaremos no amplo e cuidadoso levantamento realizado pela Fundação Seade, na Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep².

Na agenda recente das transformações econômicas ocorridas no Brasil, a problemática da dinâmica inter-regional, associada ao movimento do capital no espaço, ocupa um lugar de destaque, embora por vezes certas afirmações sejam difundidas sem a necessária afinidade com os dados empíricos disponíveis.

O tema central desta discussão se refere aos impactos do processo de globalização capitalista na dinâmica inter-regional brasileira, incluindo-se aí as mudanças em curso no núcleo industrial mais dinâmico, o Estado de São Paulo³. Cabe também analisar as trajetórias de localização das indústrias no Estado, que passou por um processo de desconcentração nos anos 70 e 80 (seja em relação a outras regiões do país, como da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior do Estado), mas que tem este processo freado, ou mesmo revertido, em alguns setores, nos anos 90.

É em São Paulo que, a partir dos anos 30, ocorre um crescimento diversificado de sua agricultura e de sua indústria, iniciando o processo de integração do mercado nacional. A partir daí, sua indústria cresce a um ritmo intenso (com médias superiores à nacional), concentrando parcelas crescentes do PIB nacional⁴.

Entre 1970 e 1985, começa, com a maturação da nossa matriz industrial, um processo de desconcentração da indústria paulista, com a

implantação de pesados investimentos fora do Estado (hidrelétricas, siderúrgicas, químicos e petroquímicos) ou para regiões fora do espaço metropolitano, com fundamentos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. A crise na produção industrial no final deste período afeta com maior intensidade a indústria paulista, incrementando o processo de desconcentração.

A partir daí, contudo, há um arrefecimento deste processo: a forma como vem se dando a inserção da economia brasileira no mercado globalizado e a política de atração de investimento direto estrangeiro reforçam as assimetrias existentes entre as regiões, beneficiando aquelas que apresentem maiores vantagens competitivas⁵. Este quadro, combinado com a ausência de políticas regionais de âmbito nacional, segundo a nossa visão, parecem reforçar a tendência a uma concentração espacial.

A implementação de reformas estruturais e a revisão do modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico nacional exigiram, da indústria de transformação brasileira, nos últimos anos, esforços substanciais para adaptação ao novo ambiente regulatório e concorrencial. Para a indústria paulista, em particular, caracterizada pelo seu elevado grau de integração produtiva e avançado parque tecnológico instalado, o processo de ajuste se deu de forma mais intensa que para outras regiões do país.

Embora as informações econômicas mais recentes apontem para a manutenção da importância da indústria paulista no cenário

² A respeito do desenvolvimento metodológico desta pesquisa e a conceituação das variáveis utilizadas, leia-se EQUIPE TÉCNICA DA PAEP. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista: uma metodologia de produção de dados e conhecimento. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 1-2, p. 23-39, mar. 2000. Uma versão mais completa pode ser encontrada em Registros Metodológicos – Paep. São Paulo, Fundação Seade, versão 1, ago. 1999. CD-ROM.

³ Leia-se, a respeito, PACHECO, C. A. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. 1996. Tese (Doutorado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

⁴ Conforme CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 106, Campinas, jun. 1997.

⁵ Leia-se a respeito: SCOTT, A. Regional motors of the global economy. *Futures*, London, v. 28, n. 5, p. 391-411. 1996; CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Madrid: Alianza, 1995; SASSEN, S. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press. 1994, dentre os mais expressivos. Uma boa resenha encontra-se em COMPANS, Rose. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, maio 1999.

nacional, alguns setores sofreram os efeitos desse processo com maior intensidade, sobretudo aqueles intensivos em mão-de-obra.

Como se sabe, a indústria brasileira vem passando, nos últimos 30 anos, por um processo de desconcentração regional de suas atividades, diminuindo a importância do eixo Rio-São Paulo, e expandindo seus limites para outros estados da Federação⁶. No caso de São Paulo, a desconcentração deu-se mais em relação ao município e à RMSR, favorecendo as regiões do interior do Estado. Esse movimento teve como determinantes, dentre outros fatores, as políticas do governo federal, dos anos 70 e 80, de direcionamento dos investimentos industriais para regiões periféricas da economia brasileira, de acordo com as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II).

Durante os anos 80, o processo de desconcentração ganha impulso maior ao se associar à crise recessiva que se instala, atingindo de maneira mais expressiva o Estado de São Paulo, (que na época concentrava mais de dois terços da indústria nacional de bens de capital), dadas as relações mais intensivas de interdependência entre as divisões da indústria. É, também, nesse período que os investimentos federais em outros estados da federação (e no interior paulista) atingem o seu grau de maturação.

No início dos anos 90, a indústria paulista apresentava, basicamente, os mesmos níveis de produção do início da década anterior. Como documentado por vários estudos, o novo ambiente macroeconômico marcado, de um lado, por uma rápida e pouco coordenada abertura e desregulamentação e, de outro, pelo comportamento errático da economia, aos quais se acoplou um movimento de reestruturação produtiva, estabeleceu novos parâmetros de funcionamento para as empresas industriais, implicando na racionalização das suas estruturas e introdução de novas formas de gestão, com fortes impactos no emprego industrial.

Nos últimos anos dos noventa, com a consolidação do processo de abertura econômica, diferentes impactos puderam ser notados. Se é verdade que a estabilização econômica trouxe um novo alento à atividade produtiva, especialmente nos setores produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis, alguns segmentos passaram a sofrer acirrada concorrência com produtos importados, o que promoveu retrações na sua produção física total e, conseqüentemente, refletiu-se em menores participações na estrutura produtiva paulista. Por outro lado, a concorrência interestados, também conhecida como guerra fiscal, por novos investimentos industriais, com a outorga de incentivos, vem promovendo algumas alterações no quadro da distribuição espacial da indústria no território brasileiro.

Entretanto, não houve uma desconcentração significativa, em termos de valor adicionado, como pareciam supor as tendências apontadas pela literatura na década de oitenta. Afinal, como mostram os resultados da Pesquisa Industrial Anual de 1996, da Fundação IBGE, ao comparar os dados levantados em campo com os do Censo Industrial de 1985, a participação da indústria paulista no Valor da Transformação Industrial do Brasil ficou praticamente estável, entre 1985-1996: passa de 48%, em 85, para 49,5%, em 96. Em termos de pessoal ocupado, contudo, a participação de São Paulo, que era de 47% em 1985, caiu para 42% em 1996.

No grupo dos setores da indústria que sofreram perdas expressivas na sua participação no total do VTI brasileiro estão: o fumo, que passou de 16%, em 1985, para 6%, em 1996; calçados, que de 30% passou para 23%; a metalurgia básica, que diminuiu de 37% para 31%; a fabricação de produtos de metal, que de 63% caiu para 56%; máquinas e equipamentos, que de 69% passou para 62%; fabricação de material eletrônico, de 56% para 50%; veículos automotores, de 82% para 74%; e móveis e indústrias diversas, cuja queda foi de 59% para 43%.

⁶ Leia-se a respeito: CANO, W. Concentração e desconcentração econômica no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 101-141, jun. 1997.

Assim como a redução de participação foi expressiva nos setores que perderam, ela também o foi naqueles setores da indústria que aumentaram sua participação. No grupo de setores que cresceram, no mesmo período, destacamos os setores de edição, impressão e reprodução de gravações, que cresceram de 49% para 58%; de fabricação de minerais não-metálicos, que passou de 35% para 43%; e de fabricação de equipamentos de informática, cujo salto foi ainda maior, de 49% para 65%. No caso dos demais setores da indústria, as variações na participação do VTI paulista no Brasil são pouco expressivas, inclusive em setores tradicionalmente importantes como o alimentício e o químico.

Muito modesto foi, no mesmo período, o crescimento do pessoal ocupado na indústria paulista. Quando a participação da indústria paulista é medida por esta variável, verifica-se que apenas quatro setores tiveram crescimento, ainda assim discretos - edição e impressão, minerais não-metálicos, equipamentos de informática e veículos automotores. Ao mesmo tempo, houve uma queda, por vezes acentuada, em todos os demais setores.

Esses dados parecem confirmar os resultados das pesquisas sobre evolução do emprego na indústria paulista na década de noventa⁷, que apontam para o impacto negativo sobre o emprego, sobretudo industrial, da combinação de recessão prolongada com reestruturação produtiva e inserção internacional baseada na estabilidade do câmbio e estímulo à internacionalização da economia brasileira. Eles mostram, também, que os setores intensivos em capital, tecnologia e conhecimento, estão entre os que têm ganhos na participação do VTI e até mesmo de pessoal ocupado.

Os dados da Paep mostram que, em 1996, a indústria paulista apresentava uma estrutura

complexa, cujas principais divisões eram as de produtos químicos, de alimentos, automobilística (inclusive auto-peças), de máquinas e equipamentos e de edição, impressão e gravações, responsáveis por 55% de todo o valor adicionado pela indústria no Estado de São Paulo e por 42% do pessoal ocupado⁸.

Cumpramos sublinhar que a composição da estrutura industrial paulista não apresenta alterações substanciais em relação à revelada por antigas pesquisas do IBGE, à exceção da indústria editorial e gráfica, que se tornou recentemente uma das cinco maiores do Estado em termos de valor adicionado. Essa performance está ligada não apenas ao efetivo crescimento da atividade editorial (jornais, revistas e livros de material didático, sobretudo), mas também à alteração de ordem estatística introduzida, em 1994, na Classificação Nacional da Atividade Econômica, que trouxe para o interior desta divisão da indústria todas as atividades de edição e gravação de CDs (de música e de informática) e disquetes, cuja produção também evoluiu positivamente.

Por outro lado, o complexo metal-mecânico tem mantido um lugar importante, no conjunto da economia paulista, sobretudo em valor adicionado, apesar dos impactos negativos produzidos pela trajetória errática da economia sobre a divisão de máquinas e equipamentos⁹. Enquanto isso, as divisões química e alimentos, a primeira, com maior grau de concentração na metrópole e entorno, e a segunda, valendo-se da integração com a agropecuária, respondem por mais de um quarto do valor adicionado do Estado e por quase um quinto dos empregos.

Em nítido contraste com o complexo metal-mecânico, química e alimentos, as indústrias de produtos de metal, têxtil e do vestuário têm pequena expressão em termos de valor adiciona-

⁷ Por exemplo, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e Dieese e o Índice de Ocupação da Fiesp.

⁸ Uma análise da estrutura da economia paulista pode ser encontrada em ARAUJO, M. F. L., Mapa da estrutura industrial e comercial do Estado de São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 1-2, p. 40-52, mar. 2000.

⁹ Saliente-se que a participação desta divisão na estrutura industrial brasileira sofreu uma acentuada queda entre 85 e 96, motivada pelo impacto da paridade cambial, tornando as unidades de empresas transnacionais em revendedoras de máquinas importadas; o único estado em que há uma evolução positiva neste setor é o Rio Grande do Sul, graças à fabricação de implementos agrícolas.

do, exprimindo uma baixa produtividade, pois é expressiva sua participação no número de unidades e de pessoal ocupado.

É interessante notar a pequena participação das divisões industriais tidas como fundamentais no novo paradigma tecnológico, chamadas de “intensivas em conhecimento”, ou seja, as de material elétrico e telecomunicações, de material eletrônico, de equipamentos médicos, óticos, de precisão e automação, e de máquinas de escritório

e equipamentos de informática, que, somadas, representam 7% do pessoal ocupado e 9% do valor adicionado da indústria paulista. Essas divisões, que têm relevância estratégica para a inserção num novo paradigma tecnológico, têm uma pequena relevância econômica na estrutura industrial paulista, mas concentram mais da metade da produção brasileira no setor, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Anual, de 1996.

Tabela 1

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado, segundo Divisão da Indústria
Estado de São Paulo - 1996

Em porcentagem

Divisão da Indústria	Número de Unidades	Pessoal Ocupado	Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
Produtos Químicos	5,1	7,1	14,1
Alimentos e Bebidas	12,1	12,4	12,9
Automobilística	2,6	8,3	11,4
Máquinas e Equipamentos	6,6	9,4	9,9
Edição, Impressão, Gravações	5,9	4,4	6,9
Borracha e Plástico	6,1	6,6	5,7
Produtos de Metal (exclusive máquinas e equipamentos)	9,5	7,5	5,2
Têxtil	5,0	6,8	4,4
Minerais Não-Metálicos	6,4	4,9	4,0
Metalurgia Básica	2,9	3,7	3,9
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	1,1	2,0	3,7
Papel e Celulose	2,3	3,3	3,6
Materiais Elétricos	2,7	3,6	3,4
Vestuário e Acessórios	14,0	6,6	2,4
Móveis e Indústrias Diversas	8,0	4,8	2,2
Refino de Petróleo e Álcool	0,3	1,4	1,2
Equipamentos Médicos, Óticos, de Automação e Precisão	1,3	1,1	1,1
Couro e Calçados	3,4	3,0	1,0
Fumo	0,0	0,1	0,9
Outros Equipamentos de Transporte	0,5	0,8	0,7
Indústria Extrativa	1,6	0,8	0,6
Madeira	2,2	1,1	0,5
Máquinas de Escritório e Equipamentos de Informática	0,3	0,3	0,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

O dinamismo da estrutura industrial do Estado de São Paulo, visto pelo ângulo do porte de suas unidades, mostra-se fortemente concentrado na grande indústria: 83% do valor adicionado pela atividade industrial paulista é produzido nas unidades com mais de 100 pessoas

ocupadas, sendo 58% naquelas com mais de 500 empregados. Essa concentração é ligeiramente atenuada, quando se analisa o pessoal ocupado e inverte-se quando se analisa o número de unidades locais: 82% das unidades possuem menos de 100 pessoas ocupadas¹⁰.

Tabela 2

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado, segundo Faixas de Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo - 1996

Em porcentagem			
Faixas de Pessoal Ocupado	Número de Unidades Locais	Pessoal Ocupado	Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
5 a 29	64,9	17,0	7,6
30 a 99	17,3	16,7	9,8
100 a 249	7,0 1	5,4	12,2
250 a 499	3,4	12,5	12,1
500 e mais	7,4	38,3	58,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

A interiorização do desenvolvimento¹¹, em consonância com o que já vinha acontecendo nas décadas anteriores, ocorre cada vez mais concentrada espacialmente, localizando-se sobretudo num raio de aproximadamente 150 km a partir do centro da RMSP, abrangendo as Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba, que, em conjunto com a RMSP, representam 82% do total de unidades industriais, 85% do pessoal ocupado e 90% do valor adicionado da indústria do Estado.

A trajetória de desconcentração metropolitana ocorrida nas décadas de setenta e oitenta foi largamente determinada pelos “custos de aglo-

meraço” expressos na saturação da infra-estrutura de transporte, pela valorização imobiliária, pelas restrições impostas pela legislação ambiental, assim como pelos maciços investimentos estatais em infraestrutura energética e de transportes, pelo crescimento da agroindústria da cana (Próalcool) e da laranja (voltado à exportação), reconhecidamente fatores indutores do crescimento industrial no interior paulista. Esse movimento de desconcentração foi ainda ampliado na década de oitenta, em consequência da crise vivida pelo aparato produtivo da Metrópole.

A esses fatores, nos anos noventa, entretanto, somam-se novos na definição da localização indus-

¹⁰ Uma análise da diferenciação das empresas com portes diversos pode ser encontrada no Caderno 11 – Indústria, da série Cadernos do Fórum Século XXI, feito pela Fundação Seade para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível em: <<http://www.alsp.gov.br>>.

¹¹ Leia-se a respeito: CANO, W. *A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação Seade/Unicamp, 1988; CANO, W. (coord.). *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Fundação Seade/Unicamp, 1992; NEGRI, B. *A interiorização da indústria paulista (1920-1980)*. São Paulo: Fundação Seade/Unicamp, 1988 (Coleção Economia Paulista, v. 2.).

Tabela 3

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado, segundo Região Administrativa
Estado de São Paulo - 1996

Em porcentagem

Região Administrativa	Número de Unidades	Pessoal Ocupado	Valor Adicionado
Total	100,0	100,0	100,0
Metropolitana de São Paulo	56,9	56,8	60,4
<i>Município de São Paulo</i>	40,3	33,0	33,1
<i>Municípios do ABC</i>	6,6	11,3	13,8
<i>Demais Municípios da RMSP</i>	9,9	12,5	13,5
Campinas	14,8	16,9	16,1
São José dos Campos	3,2	4,4	6,5
Sorocaba	5,8	6,0	5,2
Ribeirão Preto	2,1	2,3	2,2
Santos	1,3	1,1	2,1
Central	2,4	2,4	1,9
Bauru	2,1	2,6	1,4
São José do Rio Preto	3,2	2,0	1,0
Barretos	0,6	0,5	0,8
Franca	2,1	1,5	0,6
Araçatuba	1,6	1,4	0,6
Marília	2,0	1,2	0,6
Presidente Prudente	1,4	0,8	0,4
Registro	0,4	0,2	0,2

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

trial das empresas, levando a que as escolhas recaiam preferencialmente nas Regiões Administrativas situadas no entorno da RMSP (as já citadas regiões de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba). Além da proximidade ao grande mercado consumidor da Metrópole se constituir num dos principais determinantes da localização de indústrias nestas regiões, a densidade da malha urbana, da infra-estrutura viária dessas regiões e a intensidade dos fluxos associada à redução dos custos de transporte propiciada pela localização em áreas próximas à RMSP, acabaram criando uma extensa região econômica¹², dotada de uma atividade in-

dustrial e de serviços complexa e interdependente.

3. A distribuição regional das principais divisões da indústria nos noventa

Na seção anterior, caracterizamos a estrutura industrial paulista, privilegiando, em termos analíticos, as configurações setoriais, ou seja, das suas principais divisões, embora tenhamos introduzido a distribuição espacial desse conjunto de atividades industriais.

À luz da análise do item anterior, podemos caracterizar a indústria do Estado de São Paulo

¹² Leia-se a respeito MATTEO, M. *A dinâmica da localização industrial na Área Metropolitana de São Paulo*. 1990. Dissertação (Mestrado) - EAESP/FGV, São Paulo.

dividida em três grandes regiões produtivas distintas: a Região Metropolitana de São Paulo, com a sua vasta complexidade, responsável por 60% de toda a geração de valor da indústria paulista; a do entorno da metrópole, composta pelas Regiões Administrativas de Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Santos, que se integra ao espaço produtivo metropolitano de maneira fortemente articulada, com cerca de 30% do valor adicionado estadual; e as demais regiões do interior do Estado, onde, em geral, a agropecuária é a base motora da indústria, e que representa apenas 10% do valor adicionado pela indústria paulista.

Pelas suas peculiaridades, serão detalhadas, neste artigo, a Região Metropolitana de São Paulo (e a do ABC, em particular), pela importância para a economia brasileira e a Região de São José dos Campos, como representante do entorno metropolitano, onde a estrutura é marcada pela forte presença de setores intensivos em capital, articulada à Região Metropolitana.

Região Metropolitana de São Paulo

No que se refere aos aspectos regionais, ao contrário do que se crê comumente, nota-se que

é forte a presença da atividade industrial na Região Metropolitana de São Paulo, que mantém alta sua participação relativa na produção industrial do Estado, com 60% do valor adicionado. E mais, é marcante a presença nesta região, daquelas divisões que formam a matriz dinâmica da indústria de transformação nacional: os complexos metal-mecânico, eletro-eletrônico e de comunicações e petroquímico (incluindo aí borracha e material plástico).

Em nítido contraste com as afirmações sobre um movimento irreversível de esvaziamento econômico da Região Metropolitana de São Paulo, observamos que a participação do município de São Paulo é extremamente importante, em qualquer variável analisada (um terço de todo o valor adicionado pela indústria paulista e do pessoal ocupado estão na Capital), enquanto a participação do ABC e dos demais municípios da RMSP é mais importante em termos de valor adicionado que em pessoal ocupado e em número de unidades instaladas.

A estrutura industrial da Região Metropolitana de São Paulo mostra-se bastante diversificada e, pelo seu peso, é semelhante à do total do Estado. As diferenças marcantes são a menor participação da divisão de alimentos e bebidas, dada a importância desta divisão para o

Gráfico 1

Valor adicionado e Pessoal Ocupado por Divisão da Indústria
Região Metropolitana de São Paulo - 1996

Fonte: Fundação Seade, Pesquisa da Atividade Econômica Paulista, Paep

■ Valor Adicionado ■ Pessoal Ocupado

interior do Estado, e maior participação da de edição, impressão e reprodução de gravações.

Já o município de São Paulo apresenta uma distribuição de atividades completamente diversa: o principal ramo industrial, em termos de valor adicionado, é o de edição e gráfica, aquele em que os limites entre indústria e serviços são mais tênues, e em que a capacidade de inovação, de criatividade e de geração de conhecimento são imprescindíveis. No entanto, o setor que mais emprega na Capital é o de vestuário, que, embora sabidamente um dos mais atrasados do ponto de vista da tecnologia, aqui se transforma em um setor que mantém simultaneamente estruturas tradicionais e altamente dinâmicas, geradoras de coleções inteiramente novas em curtos espaços de tempo.

Vale notar que este ramo da indústria também se vale de serviços altamente sofisticados, como os escritórios de design e computação gráfica. O mesmo acontece com outros setores importantes para o município de São Paulo, como eletrônica e equipamentos de informática (este último intrinsecamente ligado aos serviços de informática, que detêm 90% do valor adicionado na capital).

A sofisticação dos serviços na metrópole é um dos responsáveis pela articulação do espaço localizado no entorno da metrópole, uma vez que

a aglomeração é um fator indispensável para o seu desenvolvimento.

Região do ABC

A região do ABC, que concentra mais de 13% do valor adicionado pela indústria paulista¹³, compreende sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra –, e sua indústria está basicamente concentrada na produção automobilística (que inclui o setor de autopeças), tanto em valor adicionado quanto em pessoal ocupado. Além da sua importância na região, o valor adicionado desta divisão, no ABC, corresponde a quase metade do total gerado pela indústria automobilística no Estado.

Apesar disso, sua estrutura compreende uma variada atividade industrial, sendo algumas tributárias da indústria automobilística, outras ligadas ao potencial de consumo da região. No primeiro caso, com participação expressiva no valor adicionado, estão as divisões de máquinas e equipamentos, produtos de borracha e plástico, produtos de metal, alimentos e bebidas, metalurgia básica, materiais elétricos, minerais não-metálicos, têxtil e demais.

Gráfico 2

Distribuição do Valor Adicionado e do Pessoal Ocupado, por Divisão da Indústria
Região do ABC - 1996

¹³ É importante ressaltar que, pelos dados do Valor Adicionado Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a participação desta região no total do Estado, desde 1985, varia de 13% a 16%, ou seja, não há uma alteração expressiva na participação da região na indústria do Estado, ao longo dos últimos 11 anos.

tribuírem com peças, componentes e insumos.

É também grande a expressão da indústria química no ABC, com mais de 15% do valor adicionado e 10% dos empregos na região. Estudos recentes apontam para a complementaridade entre as indústrias petroquímica, de embalagens e de alimentos, ligadas ao alto poder de consumo do mercado local.

O município com maior número de empregos industriais no ABC é o de São Bernardo do Campo, principalmente na divisão de veículos automotores, mas também em produtos químicos, máquinas e equipamentos. Em seguida, aparecem os municípios de Diadema (borracha e plástico, produtos de metal e máquinas e equipamentos), Santo André (metalurgia básica, borracha e plástico e veículos automotores) e São Caetano do Sul (veículos automotores). Um pouco menores, mas também importantes, são os municípios de Mauá (veículos automotores, produtos químicos e minerais não-metálicos) e Ribeirão Pires (produtos de metal e outras indústrias).

Os indicadores de tecnologia da indústria do ABC mostram-se bastante superiores aos da média estadual, inclusive para os segmentos de baixa intensidade tecnológica¹⁴, o que, se, por um lado, parece indicar maior competitividade das empresas locais, por outro, também tem signifi-

cado um menor número de pessoas ocupadas. Como o desempenho inovativo está centrado nas grandes empresas, e essas são aquelas em que os postos de trabalho são de melhor qualidade, há uma diminuição destes postos de trabalho e um crescimento daqueles mais precários, principalmente no setor de serviços.

Esses dados, aliados aos da complexa estrutura da região, indicam que a questão central da indústria da região do ABC não está centrada na ausência de ganhos de competitividade, e, conseqüentemente, de crescimento econômico, mas da incapacidade da atividade industrial estar gerando empregos, sobretudo os de qualidade.

Região administrativa de São José dos Campos

A Região Administrativa de São José dos Campos apresenta a particularidade de ter sua estrutura industrial direcionada para segmentos intensivos em capital e em tecnologia. A divisão mais importante é a de veículos automotores, com unidades das três grandes montadoras instaladas no Estado, só perdendo em participação nesta divisão ao ABC. A indústria química ocupa a segunda posição em importância regional, tanto em valor adicionado quanto em pessoal ocupado.

Gráfico 3

Distribuição do Valor Adicionado e do Pessoal Ocupado, por Divisão da Indústria
Região Administrativa de São José dos Campos - 1996

Fonte: Fundação Seade, Pesquisa da Atividade Econômica Paulista, Paep

■ Valor Adicionado ■ Pessoal Ocupado

¹⁴ AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ABC. A atividade econômica nos anos 90 no grande ABC - Reestruturação e inovação na indústria. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.2, fev. 2000.

O perfil tecnológico da região fica evidente pela importante participação de divisões da indústria, cuja produção é intensiva em conhecimento, como as de material eletrônico e equipamentos de comunicação, outros equipamentos de transporte (que inclui aviões) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios. O município mais importante no emprego industrial é o de São José dos Campos, com quase metade dos empregos da região, principalmente nas divisões de veículos automotores, de material eletrônico e aparelhos de comunicação e outros equipamentos de transporte. Em seguida, aparece o município de Taubaté, na divisão de veículos automotores e o município de Jacareí, em alimentos, química e produtos têxteis.

4. A dinâmica dos investimentos industriais nos anos noventa

Neste item, vamos utilizar, para a análise da

dinâmica dos investimentos industriais no Estado de São Paulo, as duas fontes disponíveis¹⁵ para verificar a manutenção das características descritas nas seções anteriores ou indicar indícios de modificações nas condições encontradas para o período 1990-1996.

A Paep perguntou às empresas multilocalis se elas abriram novas unidades produtivas neste período, e, em caso afirmativo, em qual região, cujas respostas estão apresentadas nas tabelas 4 e 5. Por elas, verifica-se que as empresas de pequeno porte foram as que mais abriram novas unidades neste período, embora com participações modestas, seja no valor adicionado, seja no pessoal ocupado. As grandes empresas, com pequena participação no número de unidades, apresentam a grande maioria da participação em valor adicionado e em pessoal ocupado. Com relação ao total da indústria, nota-se que, apesar da importância relativa das empresas de pequeno porte, verifica-se que apenas pouco mais de 1% dessas empresas abriu novas unidades entre 1990 e 1996, enquanto quase 1/3 das grandes abriu novas unidades neste período. Quando a análise

Tabela 4

Distribuição do Número de Unidades, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado das Empresas que Instalaram Novas Unidades entre 1990 e 1996 e Participação no Total da Indústria Paulista, segundo Faixa de Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo - 1996

Em porcentagem

Faixas de Pessoal Ocupado	Empresas que Instalaram Novas Unidades entre 1990 e 1996			Participação no Total da Indústria		
	Nº de Empresas	Valor Adicionado	Pessoal Ocupado	Nº de Empresas	Valor Adicionado	Pessoal Ocupado
Total	100,0	100,0	100,0	3,1	22,5	15,9
5 a 29	28,2	0,6	1,4	1,2	1,7	1,3
30 a 99	29,1	2,8	5,5	5,3	6,4	5,1
100 a 249	17,6	5,8	9,5	10,0	10,7	9,6
250 a 499	9,7	9,5	10,7	15,0	17,7	13,5
500 e mais	15,4	81,3	72,9	27,6	31,4	31,5

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep.

¹⁵ Há duas fontes de informação para verificar os investimentos feitos na atividade industrial no Estado de São Paulo: o Guia de Investimentos do Estado de São Paulo e a Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

é feita sob a ótica do valor adicionado ou do pessoal ocupado, é marcante a participação das grandes empresas, mesmo em relação à sua participação no total da indústria.

Chama a atenção a distribuição regional dessas unidades: contrariamente ao que é voz corrente, é a Região Metropolitana de São Paulo a localização preferencial das unidades das empresas que abriram novas unidades locais, seguida pelo interior do Estado de São Paulo e, mais atrás, os outros estados do Brasil. O exterior aparece com participação muito pequena, embora o Mercosul tenha apresentado quase o dobro das implan-

tações que o restante do exterior.

Quando se analisam esses dados por porte de empresas, verifica-se que as grandes empresas têm um comportamento bastante diferenciado, privilegiando a implantação de unidades locais no interior de São Paulo e em outros estados, vindo a Região Metropolitana de São Paulo a seguir (embora com uma participação expressiva). Esses dados indicam que as grandes empresas abrem novas unidades em muitas regiões, de São Paulo e do Brasil, enquanto as de porte médio e pequeno priorizam o Estado de São Paulo, e sobretudo a RMSP.

Tabela 5

Distribuição das Unidades Industriais Implantadas pelas Empresas da Indústria Paulista, por Região de Implantação, segundo Faixa de Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo - 1996

Em porcentagem

Faixas de Pessoal Ocupado	Regiões de Implantação das Unidades Locais					Total
	Metropolitana de São Paulo	Interior de São Paulo	Outros Estados	Mercosul	Exterior	
Total	43,9	38,8	15,0	1,4	0,8	100,0
5 a 29	62,7	33,6	3,7	-	-	100,0
30 a 99	48,4	43,5	8,1	-	-	100,0
100 a 249	40,9	41,2	17,2	-	0,7	100,0
250 a 499	26,6	43,3	27,5	2,6	-	100,0
500 e mais	23,6	34,5	32,1	6,1	3,6	100,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista - Paep.

O panorama oferecido pelos dados da PAEP retrata de maneira adequada a evolução da estrutura industrial paulista entre 1990 e 1996; ficam, porém, interrogações sobre o que pode ter ocorrido no período seguinte. Como sabemos, não dispomos de pesquisas para o período 1996-1999 com a mesma abrangência e metodologia adotada pela PAEP. Em vista disso, vamos utilizar como uma proxy os dados do Guia de Investimentos do estado de São Paulo, para a cobrir a ausência de dados da PAEP para o período 1997-1999.

Para efeitos de análise, vamos considerar que a distribuição dos investimentos por divisões da indústria e por regiões permite verificar a

manutenção das características descritas nas seções anteriores ou indicar modificações nas condições encontradas para o período 1990-1996.

Os investimentos do período 1995-98 chegam a cerca de US\$ 70 bilhões, enquanto, para o ano de 1999, estavam previstos cerca de US\$ 14 bilhões. Os investimentos na atividade industrial, no primeiro período, somavam US\$ 34 bilhões, ou 49% do total, enquanto para o ano de 99 somavam US\$ 5,6 bilhões (40% do total). A Região Metropolitana de São Paulo encabeça a lista das regiões do Estado que receberam o maior volume de investimentos industriais: US\$ 8,9 bi-

lhões no período 1995-98 (26,3% do total do período) e US\$ 2,5 bilhões em 1999 (44,3% do total do ano).

As Regiões Administrativas de Campinas e de São José dos Campos apresentam-se como as de maior volume de investimentos do interior, nos dois períodos considerados: 24% e 19% do total de investimentos foram direcionados para a RA de Campinas nos períodos 1995-98 e 1999, respectivamente, e 22% e 23% dos investimentos foram direcionados, nos mesmos períodos, para a RA de São José dos Campos. Se adicionarmos a estas regiões as Regiões Administrativas de Santos e de Sorocaba, verifica-se que este conjunto territorial (RMSP e seu entorno) concentrava, no período 1995-98, 84% dos investimentos industriais do Estado, enquanto, para o ano de 1999, esse percentual sobe para 91%.

Tem-se, pela distribuição espacial das intenções de investimentos diretos externos, a confirmação do movimento de “desconcentração concentrada” da atividade industrial no Estado beneficiando, inclusive, diversos municípios da Região Metropolitana, principalmente Guarulhos, São Bernardo, São Caetano e Barueri.

5. Conclusões

A análise desenvolvida nas seções anteriores mostrou que dificilmente algumas afirmações bastante propagadas, como o esvaziamento da região metropolitana de São Paulo e a desconcentração da indústria em direção ao interior e outras regiões do país, encontram sustentação nos dados empíricos disponíveis sobre sua evolução nos anos noventa. Como demonstramos, a indústria continua tendo um papel fundamental na dinâmica econômica do Estado, mesmo na RMSP, e sua configuração espacial apresenta uma nítida tendência à concentração.

Sistematizando os principais resultados deste trabalho, podemos avançar cinco conclusões gerais.

Primeiro, o papel da Região Metropolitana de São Paulo ainda continua expressivo, geran-

do 60% da riqueza produzida pela indústria paulista, tendo uma estrutura industrial complexa, que continua respondendo pelo pólo dinâmico da indústria nacional. Os setores mais intensivos em conhecimento (equipamentos de informática, material eletrônico e equipamentos de automação) têm pequena importância na estrutura regional, mas representam parcela substantiva desta indústria, seja em relação ao Estado, seja em relação ao País. As indústrias tidas como tradicionais (alimentos, têxteis e vestuário), em que pese a atratividade de outras unidades da federação, ainda têm uma expressiva participação na indústria paulista, em valor adicionado (para a de alimentos) e em pessoal ocupado;

Segundo, a região do ABC continua com uma participação importante na estrutura industrial do Estado, sobretudo nos setores mais intensivos em capital, mas com um ritmo de geração de empregos que não apresenta a mesma importância. É importante evitar a idéia (muito presente, sobretudo na mídia) de “desindustrialização” do ABC, porque há um nítido descolamento das curvas de produção e emprego industriais. A maior incidência de indústrias com grande conteúdo tecnológico na região confere maior possibilidade de aquisição de vantagens competitivas, mas pressiona a mão-de-obra, limitando os postos de trabalho de melhor qualificação, e suprimindo os de menor qualificação, que são absorvidos apenas em parte pelo setor serviços;

Terceiro, o município da Capital ainda responde, sozinho, por 1/3 da produção industrial paulista, com destaque para os setores intensivos em conhecimento. É o caso expressivo da divisão de edição e impressão, que é o que mais agrega valor na estrutura industrial do município de São Paulo, e que representa 2/3 da divisão no Estado. A integração da indústria paulistana com um setor de serviços altamente sofisticado garante um novo tipo de centralidade à capital. No entanto, deve-se ressaltar que não é apenas nos setores mais modernos que a importância da Capital está presente, pois o setor de confecção e artigos do vestuário representa 58% do pessoal

ocupado da divisão no Estado e 73% do seu valor adicionado;

Quarto, a indústria do interior do Estado limita-se quase que exclusivamente a regiões que circundam a Região Metropolitana, formando com ela um espaço produtivo ampliado e integrado. A interiorização do desenvolvimento não é disseminada pela totalidade do território paulista, mas limitada às regiões que já possuíam as condições iniciais de desenvolvimento industrial (sobretudo aquelas com concentração do capital cafeeiro) e que estivessem articuladas, através de infra-estrutura adequada, à Região Metropolitana de São Paulo, excluindo as demais regiões do interior deste complexo industrial. Assim, a industrialização dessas regiões não deve ser entendida como uma alternativa à da RMSP, mas como uma integração ao espaço produtivo da metrópole;

Quinto, a tendência dos investimentos industriais em São Paulo aponta para a manutenção dessa configuração espacial, privilegiando as áreas em que a indústria paulista se mostra mais dinâmica, e excluindo as demais áreas do interior paulista. Deixando as decisões de investimento em plantas industriais ao sabor do mercado, a tendência à concentração num espaço produtivo amplo, mas limitado, excluindo vastas áreas do território paulista, parece ser inexorável. Assim como se pode ver na fundamentação teórica, sem

uma política de desenvolvimento de caráter supra-regional (ou seja, um estado nacional que tenha uma política industrial e regional), não se pode extrair, para a sociedade, as potencialidades que os processos de reestruturação produtiva oferecem. Esse desafio pode ser sintetizado da seguinte forma: a inserção das várias regiões, no momento, passa por uma escolha, submeter-se passivamente às pressões da economia mundial ou engajar-se ativamente para tirar benefícios da globalização. O professor Celso Furtado, em conferência proferida na Universidade de São Paulo, afirmou que, caso a política macroeconômica seja sobrepujada pela lógica microeconômica das empresas transnacionais, os vínculos de solidariedade regional serão rompidos, o que implica em um óbice adicional à construção da nação.

Para finalizar, dois aspectos problemáticos decorrentes da evolução da indústria paulista, na década de noventa, são: a clara redução na capacidade de geração de empregos e o reforço das vantagens comparativas das regiões mais dinâmicas. Portanto, o desafio colocado não está nos riscos da desindustrialização da ABC ou da Região Metropolitana de São Paulo, mas sim em desenhar políticas regionais inovadoras, voltadas não só para criação de condições sistêmicas favoráveis à competitividade das empresas, mas também para estimular o emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ABC. A atividade econômica nos anos 90 no grande ABC - Reestruturação e inovação na indústria. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 2. fev. 2000.
- ARAUJO, M. F. L., Mapa da estrutura industrial e comercial do Estado de São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 1-2, p. 40-52, mar. 2000.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Indústria. São Paulo: ALSP, Caderno 11. (Série Cadernos do Fórum Século XXI). Disponível em: <<http://www.alsp.gov.br>>
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. *Las Regiones que Ganan*. Política y Sociedad, Valencia, n. 14. 1994.
- CANO, W. (Coord.). *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Fundação Seade/Unicamp, 1992;
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil. *Economia e Sociedade*. Campinas, SP, n.8, p. 101-41, jun. 1997.
- CANO, W. *A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: Fundação Seade/Unicamp, 1988.
- CASTELLS, M. *La ciudad informacional*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- COMPANS, Rose. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.], n. 1, 1999.

- DUNFORD, M. e KAFKALAS, G. *Cities and Regions in the New Europe: the Global Interplay and Spatial Development Strategies*. London: [s.n.], 1992.
- EQUIPE TÉCNICA DA PAEP. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista: uma metodologia de produção de dados e conhecimento. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 1-2, p. 23-39, mar. 2000.
- GUIA DE INVESTIMENTOS do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>.
- MATTEO, M. *A dinâmica da localização industrial na Área Metropolitana de São Paulo*. fev. 1990. Dissertação (Mestrado) EAESP/FGV, São Paulo.
- NEGRI, B. *A interiorização da indústria paulista (1920-1980)*. São Paulo: Fundação Seade/Unicamp, 1988. (Coleção Economia Paulista, v. 2).
- PACHECO, C. A. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. 1996. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- SASSEN, S. *Cities in a world economy*. Pine Forges Press. Thousand Oaks, 1994.
- SCOTT, A. *Regional motors of the global economy*. *Futures*, London, v. 28, n. 5, p. 391-411. 1996.
- SCOTT, A., et al. *Global City-Regions*. In: *Global City-Regions Conference*, 1999, UCLA. Conference theme papers... Ucla, 1999.